



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Arcary, Valerio

Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 30, núm. 2, 2008, pp. 203-209

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324801011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo

Valerio Arcary

*Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, Rua Pedro Vicente, 625, 01109-010, São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: arcary@uol.com.br*

RESUMO. Situações revolucionárias, como o Maio de 1968 francês, podem evoluir em radicalização para uma crise revolucionária – a hora da insurreição, quando a crise do regime cresce e precipita uma crise do Estado – ou podem refluir, e permitir a estabilização da dominação. O Maio francês foi uma revolução política derrotada, pois De Gaulle e o regime da V República sobreviveram, mas ainda assim uma revolução. As revoluções em um país, sobretudo se vitoriosas, favorecem mudanças por reformas, tanto nos países onde o terremoto explodiu quanto em outros. Mesmo as revoluções abortadas funcionam, historicamente, como um alerta amarelo para as classes dirigentes de que algumas concessões terão que ser aceleradas, para evitar um novo curto-circuito das relações político-sociais. As reformas podem ser econômicas, sociais, políticas ou culturais, mas não foram obra da contrarrevolução: foram, essencialmente, um subproduto da revolução.

Palavras-chave: maio de 68, revolução, reforma.

ABSTRACT. *May 68: the last revolutionary wave to reach the center of capitalism.*

Revolutionary situations, as the May of 68 in France, can evolve in radicalization towards a revolutionary crisis – the hour of insurrection, when the crisis in the regime grows and precipitates a crisis of the State – or can flow back, and allow the stabilization of domination. May 68 in France was a defeated political revolution, as De Gaulle and the regime of the 5th Republic survived, but nonetheless a revolution. The revolutions in a country, especially if victorious, favor changes for reforms, both in countries where the earthquake blew up and in others. Even aborted revolutions function, historically, as a yellow alert for the leading classes that some concessions will have to be made, in order to prevent a new short circuit in sociopolitical relations. Reforms can be either economic, social, cultural, or political. However, the reforms were not the work of the counterrevolution: they were, essentially, a by-product of the revolution.

Key words: may 68, revolution, reform.

Introdução

O Maio de 1968 francês é um daqueles meses que fizeram história. Quarenta anos é um intervalo de tempo suficiente para podermos olhar o passado com sentido de perspectiva. Todos os anos têm 12 meses, todos os dias têm 24h, mas os dias, os meses e os anos não são iguais entre si. Há horas que valem por meses, dias que valem por anos, e meses que valem por décadas, pela intensidade dos acontecimentos e suas conseqüências. Quando revoluções se colocam em movimento, a história se acelera, e tudo que parecia duvidoso se torna, subitamente, plausível.

Revoluções aconteceram, estão acontecendo e voltarão a acontecer porque mudanças eram, são e continuarão sendo necessárias. As forças de inércia das sociedades contemporâneas, contudo, foram, são

e permanecerão sendo muito grandes, bloqueando até as transformações pela via de reformas. Foi o reacionarismo das classes dirigentes que, invariavelmente, emperrou as reformas e empurrou as massas na direção da revolução. As revoluções em um país, todavia, sobretudo se vitoriosas, favorecem mudanças por reformas, tanto nos países onde o terremoto explodiu quanto em outros. Mesmo as revoluções abortadas funcionam, historicamente, como um alerta amarelo para as classes dirigentes de que algumas concessões terão que ser aceleradas, para evitar um novo curto-circuito das relações político-sociais (Draper, 1978). As reformas podem ser econômicas, sociais, políticas ou culturais. A extensão do direito de organização sindical, ou a universalização do voto nas décadas finais do século XIX, na França e, também, na Alemanha, por exemplo, seria inexplicável sem a Comuna de Paris

de 1871. A consagração do salário mínimo ou as preocupações keynesianas com o desemprego seriam incompreensíveis sem a revolução de outubro de 1917, e o perigo de novos outubros. Separar o que foi a obra da revolução do que foi a política da contrarrevolução é um dos desafios mais importantes da historiografia.

O Maio francês foi uma revolução política derrotada, pois De Gaulle e o regime da V República sobreviveram, mas, ainda assim, foi uma revolução. E, mesmo derrotada, abriu caminho para reformas, entre elas, mudanças socioculturais progressivas que eram inadiáveis. Os direitos da mulher passaram a ser parte da agenda política: o direito ao divórcio, a legalização do aborto, a criminalização da violência doméstica, entre outros, encontraram reconhecimento legal, mais rápido ou mais lentamente, em inúmeros países. Os direitos da juventude, foram também ampliados. Não deveria surpreender que muitos tenham-se dedicado, nas décadas seguintes, a exorcizar o fantasma, ou o perigo, da revolução social anticapitalista, aplaudindo as reformas político-culturais. Mas as reformas não foram obra da contrarrevolução: foram, essencialmente, um subproduto da revolução.

O Maio francês se desenvolveu, ainda, no contexto de uma vaga revolucionária internacional, a maior da segunda metade do século XX, que fez tremer a ordem mundial: nas ruas de Saigon se revelava para o mundo que o Império mais poderoso da história, militarmente, não poderia alcançar uma vitória no Vietnã; de Paris ao Rio de Janeiro, de Praga à Cidade do México, de Turim a Córdoba, na Argentina, sem esquecer as batalhas decisivas das guerras de libertação nacional contra o Império Português em Guiné, Angola e Moçambique, em quatro continentes, a revolução abria frentes de combate.

Teoria

Revoluções sempre foram uma surpresa histórica. Mas, na história, há surpresas e surpresas. Marx tinha acompanhado o movimento operário francês, com especial atenção, embora a influência dos proudonistas, nas alas mais moderadas, e dos blanquistas, entre as radicais, fosse superior à dos seus camaradas. Paris foi, afinal, a capital da revolução europeia no século XIX por três vezes: em 1830, 1848 e 1871. Ao final da vida, Marx depositou esperanças em uma revolução que viria da Rússia, um dos últimos grandes Impérios autocráticos.

A república que surgiu da derrota da Comuna de Paris parecia ter consolidado o poder burguês por muitas gerações e afastado a França do furacão

revolucionário. Ao final da Primeira Guerra Mundial, a França, uma das potências vitoriosas, embora exausta, senão prostrada pelo esforço de guerra, foi poupada da onda revolucionária que sacudiu a Europa Central e a Oriental. Na sequência da crise mundial de 1929, a França chegou a viver a experiência de um governo de Frente Popular com Leon Blum, eleito em 1936, e uma situação revolucionária com a grande greve geral. No entanto, as hesitações insuperáveis da SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária) – a social-democracia – e do PCF (Partido Comunista Francês), associadas às dificuldades no cenário internacional – consolidação do nazismo na Alemanha, terror do estalinismo na URSS durante os anos dos julgamentos de Moscou, isolamento das forças revolucionárias na guerra civil espanhola – conduziram a uma inversão desfavorável da relação de forças entre as classes. As classes proprietárias francesas abraçaram uma perspectiva contrarrevolucionária aberta: *mieux Hitler que le Front Populaire* (melhor Hitler que a Frente Popular).

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, porém, não voltaram a se abrir situações revolucionárias nos países centrais, e a burguesia europeia e seus representantes estavam confiantes de que as revoluções eram turbulências do passado, características de uma época histórica superada, ou de países atrasados ou até exóticos, como Cuba. Mesmo entre os marxistas, eram poucos aqueles que ainda apostavam nos desdobramentos de uma situação revolucionária nas metrópoles imperialistas, apesar das consequências desestabilizadoras das derrotas nas guerras coloniais, como no Vietnã e Argélia, para a França. Empolgante e inesperado, o Maio de 68 francês demonstrou que revoluções ainda eram possíveis nas fortalezas da retaguarda do imperialismo contemporâneo.

O grande tabu do pós-guerra

Na França, uma nova geração tinha chegado à vida adulta sem passar pela tragédia das guerras mundiais da primeira metade do século, mesmo se considerados os sacrifícios da juventude francesa nas guerras do Vietnã e da Argélia; o crescimento econômico, embora financiado pelos investimentos norte-americanos – que deixavam a França e, de resto, toda a Europa em uma posição complementar dentro do sistema internacional de Estados – era alimentado pelo peso da intervenção do Estado que aumentava os gastos militares: o capitalismo regulado não só tinha reduzido as taxas de desemprego, como se apoiava em uma crescente dependência de mão-de-obra emigrante; a extensão

dos serviços públicos, mesmo se respeitadas as diferenças sociais consideráveis que ainda separavam o padrão de vida dos trabalhadores das classes médias urbanas e rurais, tinha diminuído de forma significativa a mortalidade infantil, elevado a escolaridade e aumentado a proteção social dos idosos. Um otimismo histórico animava a sociedade, ainda que se considerasse o perigo latente da guerra fria: os salários subiam lentamente, mas subiam, enquanto as pressões inflacionárias estavam sob controle; as necessidades mais intensamente sentidas – alimentação, moradia, transporte, educação, saúde – eram crescentemente satisfeitas; o consumo dos bens duráveis aumentava. Políticas keynesianas anti-cíclicas pareciam ter garantido a governabilidade política (Chesnais, 1997).

Mas essas mudanças não foram suficientes para conter os estudantes – a primeira linha da nova geração – e não impediram que estes arrastassem atrás de si a maioria do povo: entre 14 e 27 de maio, a França foi sacudida por uma greve geral espontânea, porém irresistível, talvez uma das greves gerais mais fortes da história e que se alastrou de norte a sul, paralisando o país. À sua frente estava a juventude operária que, rapidamente, forjou uma aliança com os estudantes. Não restou a De Gaulle alternativa senão convocar o Exército e apelar, dramaticamente, ao medo da revolução: ameaçou a nação com o perigo da guerra civil, algo impensável somente um mês antes. Sabia que a chantagem é uma arma política poderosíssima. Contava com a hesitação do PCF e a obteve, como concluiu o insuspeito Hobsbawm:

[...] o PCF condenou-se a si mesmo durante os dias cruciais de 27 a 29 de maio, esperando e lançando apelos. Mas, em tais ocasiões, a espera é fatal. Os que perdem a iniciativa perdem o jogo (Hobsbawm, 1999, p. 312)¹.

De Gaulle era consciente de que estava em jogo não somente o seu destino, mas um dos pilares da ordem do pós-guerra. Era preciso agir, e agir rapidamente para recuperar a governabilidade. Na França, ao contrário da Inglaterra, da Alemanha ou dos países nórdicos, onde a oposição – por dentro dos limites do regime político – estruturava-se em torno de partidos social-democratas, a alternância

eleitoral se expressava pela Frente Popular que tinha no PCF (Partido Comunista Francês) de George Marchais sua coluna vertebral. A presença de um partido comunista em um governo da Nato (*North Atlantic Treaty Organization*) era ainda um tabu político. A proibição da presença dos PC's em governos na Europa Ocidental era herança política das negociações entre Washington e Moscou ao final da guerra. Foi um dos artigos pétreos dos acordos de Yalta e Potsdam (Anderson, 1976). Só foi violado depois do 25 de abril de 1974, em Portugal.

A influência alcançada pelo PCF na luta contra a ocupação alemã, assim como o prestígio da URSS pelos sacrifícios gigantescos do exército vermelho na luta contra o nazi-fascismo, tinha transformado o PCF no principal partido de oposição e, portanto, no principal beneficiado, se De Gaulle viesse a ser derrubado. Mitterand tinha reorganizado a SFIO em um novo partido socialista, mas estava longe, em 1968, de ter uma posição hegemônica na oposição ao gaullismo. O PCF, ao contrário de Tito na Jugoslávia, tinha colaborado na estabilização do regime entre 1945 e 1948 – Maurice Thorez foi ministro de De Gaulle – e, nos seus planos, em 1968, não constava qualquer veleidade de desafiar Moscou.

O PCF, todavia, não queria chegar ao poder antes da hora. Não queria uma revolução contra De Gaulle. Articulava, pacientemente, uma aliança eleitoral e aguardava. A direção do PCF sabia que revoluções não podem triunfar, se não estão dispostas a fazer a insurreição. Mas insurreições precisam de uma direção. Esta foi umas das chaves de explicação para a posição attentiste ou de inércia (esperar para ver) do PCF e, portanto, pela sua falta de iniciativa em momentos decisivos dos combates de maio, e pela colaboração dos líderes sindicais da CGT, ao assinarem e defenderem os acordos ao final da greve geral. O PCF estava disposto a chegar ao poder por eleições, nos marcos de um governo de colaboração de classes com aliados que tranquilizasse a burguesia, mas não como resultado de uma revolução.

Discussão

No Maio de 1968 francês, abriu-se uma situação revolucionária atípica, porque sem uma direção disposta a lutar até o fim para derrubar o governo, portanto diferente das situações revolucionárias clássicas, como aquela que precedeu a revolução de outubro da Rússia de 1917 – quando havia um partido disposto a tomar o poder, o bolchevismo – mas ainda assim uma situação revolucionária: o governo De Gaulle tremeu e quase caiu. Foi mais parecida com a situação revolucionária que precedeu a revolução de

¹ "Mas a Frente Popular não estava preparada para ocupar o vazio deixado pela desintegração do gaullismo [...] o Partido Comunista, mediante seu controle sobre a confederação sindical mais poderosa, era naquele momento a única força civil de real importância e, portanto, inevitavelmente, dominaria o novo governo. A crise eliminou a falsa política de cálculos eleitorais e deixou visível somente a política real dos poderes efetivos [...] O PCF manteve-se consistentemente atrelado por trás das massas, sendo incapaz de reconhecer a seriedade do movimento estudantil até que as barricadas foram erguidas; e incapaz de reconhecer a disposição dos operários para uma greve geral indefinida, até que as ocupações espontâneas forçaram a mão de seus dirigentes sindicais" (Hobsbawm, 1999, p. 309 e 312).

fevereiro de 1917 na Rússia, embora esta tenha sido vitoriosa: de um lado, uma colossal irrupção da mobilização operária, popular e juvenil, em grande medida espontânea; de outro lado, por algumas semanas, a divisão da classe dominante – rachada entre os que defendiam o uso da repressão e os que hesitavam – e a paralisia do Governo e das instituições do Estado e, entre estas duas forças, um deslocamento à esquerda da maioria das classes médias, também cindidas entre os pequenos proprietários mais reacionários e as novas camadas intermediárias com alta escolaridade, porém assalariadas.

Um movimento estudantil admirável

Um novo movimento estudantil saiu às ruas em 1968 e, surpreendentemente, suas bandeiras eram vermelhas. Quando a repressão mostrou a verdadeira cara do governo De Gaulle – e, sem máscara, o que se viu foi estarrecedor –, os estudantes foram para as portas das fábricas pedir o apoio do proletariado. Empolgaram a França e deixaram o mundo estupefato. Incendiaram o ânimo da maioria popular com sua imaginação política. Subverteram Paris. Os muros da cidade, que foi a capital cultural da civilização burguesa, foram cobertos com pichações, ao mesmo tempo, irreverentes e rebeldes, satíricas e amotinadas, como: as mercadorias são o ópio do povo, a revolução o êxtase da história; Sejam realistas, exijam o impossível! (*Soyez réalistes, demandez l'impossible!*); Deixemos o medo do vermelho aos animais com cornos! (*Laissez la peur du rouge aux bêtes à cornes!*) Corra camarada, o velho mundo está atrás de ti! (*Cours camarade, le vieux monde est derrière toi!*); Os muros têm orelhas, vossas orelhas têm muros! (*Les murs ont des oreilles, vos oreilles ont des murs!*); O respeito se perde, não vão procurá-lo! (*Le respect se perd, n'allez pas le rechercher!*).

A entrada em cena dos estudantes foi um fenômeno histórico-social inesperado. Como sempre, diante de acontecimentos novos, aqueles que não permitem analogias, há o perigo de exagerar ou diminuir seu significado. Ambos os excessos foram cometidos para exaltar ou criticar o movimento estudantil que, repentino, surgiu à luz do dia. Antes de 68, o movimento estudantil nunca jogou um papel tão destacado em qualquer outro processo revolucionário. Entre outras razões, porque nunca antes existiram tantos estudantes, em especial, tantos estudantes com origem social não-burguesa. Sessenta e oito foi um batismo de fogo internacional: na França e no Brasil, no México e na Argentina, e mesmo em Praga, os estudantes estiveram na primeira linha.

As transformações nas sociedades do pós-guerra – entre elas, a explosão demográfica e a mais intensa

urbanização e industrialização, mesmo de nações que eram capitalistas há séculos – exigiram mão-de-obra mais educada e alargaram o acesso ao ensino médio e ao ensino superior em uma escala qualitativa. O fenômeno geracional e sociocultural foi internacional, ainda que em proporções diferentes. Os jovens eram muito mais numerosos que no passado, e a entrada no mercado de trabalho passou a ser feita muito mais tarde.

Não só o número, mas também o peso social dos estudantes aumentou com o agigantamento das cidades universitárias: a audiência das classes médias às reivindicações estudantis aumentou e a repercussão do exemplo de suas lutas entre o povo, incluindo o proletariado, também. Em Paris, a solidariedade com os estudantes, depois do cerco da Sorbonne, foi espantosa. Entre o 3 e o 11 de maio, o entusiasmo entre os estudantes não pareceu decrescer e contagiou a nação. Nem De Gaulle nem a ditadura brasileira sabiam como lidar com aquela massa de jovens: imaginavam, com razão, que, se reprimissem, podiam acender o pavio de uma mobilização incontrolável; se não reprimissem, poderiam sinalizar fraqueza e desmoralizar-se diante de sua própria base social.

Sorbonne vermelha

Os primeiros atos de grandes dramas históricos parecem, frequentemente, triviais. A luta de classes na Europa assumia uma forma previsível e, mesmo na França, depois do fim da guerra da Argélia, seguia um ritmo contido: lutas, essencialmente, defensivas, e protestos de dimensões modestas, que reagrupavam uma vanguarda. Algumas prisões depois de um ato em solidariedade com a resistência no Vietnã, porém, foram o estopim de uma avalanche. Na sequência, pouco mais do que uma centena de estudantes da Universidade de Paris-X, em Nanterre, na periferia de Paris, ocupou a sala do Conselho de Universidade². O movimento estudantil estava engajado em uma campanha contra a reforma do ensino superior. Mas não era indiferente à espetacular repercussão da Ofensiva do Tet, que conseguiu hastear a bandeira vietcong no teto da embaixada americana em Saigon.

A ocupação se estendeu para a Sorbonne, e o reacionarismo e a soberba do governo De Gaulle – uma mistura sempre explosiva – levaram-no a cometer a provocação de lançar a polícia sobre o

² Foi nesse contexto que constituíram o Movimento do 22 de março, uma tendência ou frente estudantil animada por trotskistas e anarquistas, entre eles, os dois Daniéis: Cohn-Bendit, estudante de Sociologia de nacionalidade alemã e que, hoje, tem um mandato do Partido Verde no Parlamento europeu, e Bensaïd, que permanece uma das lideranças da LCR francesa e é professor de Filosofia em Paris.

Quartier Latin (o bairro latino de Paris, no coração da capital). Não se conseguiu, apesar de uma apocalíptica batalha campal, desalojar a massa de estudantes que se defendiam em improvisadas barricadas. O espírito das jornadas revolucionárias de 1848 e de 1871 parecia ter ressuscitado. Poucos dias depois, um milhão de pessoas desfilou pelas ruas de Paris em solidariedade com os estudantes e contra o governo. Foi um terremoto político, o qual anunciava que um *tsunami* estava por chegar: na sequência, o país entrou em greve geral por tempo indeterminado, portanto greve geral política, porém acéfala, sem uma proposta de saída política para a crise. O movimento não levantava sequer uma proposta clara de deposição do governo.

Um fenômeno novo na Europa do pós-guerra: uma greve geral política, apesar das direções dos sindicatos e contra as direções do PS e do PCF, ou seja, um processo, essencialmente, espontâneo, de rebelião operário-popular. Foi argumentado à exaustão que as massas não queriam fazer, na Paris de 1968, uma Petrogrado de 1917. No Maio francês, como de resto em todos os processos revolucionários da história, as massas não se lançaram à luta com um plano pré-concebido de como gostariam que a sociedade fosse. Os estudantes e operários franceses sabiam, porém, que queriam derrubar De Gaulle. Derrubar o governo é o ato central de toda revolução moderna. Quando descobriram a sua força social e política, no calor dos dias da greve geral, as massas populares francesas se moveram com instinto de poder. Seus dirigentes reconhecidos – porque a ação das massas em processos revolucionários está, geralmente, à frente ou à esquerda da sua consciência – ao contrário, esquivaram-se de responder à questão do poder. O desbordamento na ação dos aparelhos sindicais e políticos foi transitório. A crise política, que caminhava para se radicalizar em crise revolucionária, foi superada. O PCF não fracassou como partido revolucionário, mas como partido reformista (Touraine, 1969). De Gaulle não caiu, imediatamente, mas o regime tremeu. O mal-estar foi desviado para os processos eleitorais que culminaram, mais de uma década depois, com a eleição de Mitterand, somente em 1981.

Resultados

O Maio francês esteve inserido na quarta onda da revolução mundial do século XX: a primeira teve como epicentro a revolução russa e se estendeu da Europa Oriental para a Central; a segunda sacudiu a Europa do Mediterrâneo depois da crise de 1929; e a terceira aconteceu na sequência da derrota do nazi-

fascismo. Entre 1968 e 1979/80, a dominação imperialista esteve seriamente ameaçada. Foi a mais internacional de todas as vagas revolucionárias, até hoje. O internacionalismo renasceu das cinzas com a solidariedade internacional ao Vietnã – uma campanha muito mais ampla que o apoio ao FLN (Frente de Libertação Nacional) na Argélia – e o repúdio mundial ao golpe de Pinochet.

A quarta onda da revolução mundial começou na Europa, como as anteriores – Maio 68 francês, Primavera de Praga e Outono quente italiano –, mas esteve articulada com a situação na Ásia (ofensiva no Vietnã e internacionalização no Camboja), passou pela África – início da derrota militar portuguesa nas colônias africanas, em especial na Guiné – e chegou a ter refração na América Latina, onde o movimento estudantil se levantou pelas liberdades democráticas (México e Brasil, em 1968) e o movimento operário se lançou a ações de massas radicalizadas (Cordobazo argentino em 1969, Revolução Chilena 1970/73). Em todos esses processos, o papel dos partidos comunistas disciplinados por Moscou foi, dramaticamente, em maior ou menor medida, reacionário, e sua influência começou a declinar, abrindo o caminho para a reorganização de uma nova esquerda.

A disputa da memória: a revolução foi possível?

O Maio francês foi satanizado pelas forças reacionárias do mundo inteiro e transformado em polêmica eleitoral por Sarközy, porque foi a primeira vez que, em um país central da ordem imperialista, depois do fim da guerra em 1945, milhões se interrogaram outra vez se uma revolução social não seria possível. Essa foi sua herança mais significativa. Essa é a memória que os defensores da ordem estão preocupados em apagar.

O Maio francês será recordado, por alguns, porque ajudou a abrir o caminho para que surgissem, nos anos seguintes, os movimentos feministas, os movimentos negros, os movimentos ambientalistas, os movimentos pela legalização das drogas, os movimentos contra a opressão homofóbica. É justo que seja assim. A elevação da escolaridade média da sociedade e o surgimento de uma nova classe média urbana de profissionais assalariados ajudaram a potencializar novos sujeitos sociais que levantaram bandeiras político-culturais progressivas contra uma ordem mundial, até então, anacronicamente, reacionária.

O Maio francês foi, entretanto, em primeiro lugar, uma inspiração para que, na França e, pela sua repercussão, em todo o mundo mais urbanizado, ganhasse relevância político-social um novo

movimento estudantil. Desde então, nem sempre a maioria dos estudantes se identificou com o movimento estudantil. Nem todos os estudantes tiveram disposição para se colocar em movimento. Uma parcela mais privilegiada, ou mais iludida com as possibilidades de ascensão social, permaneceu à margem, ou foi diretamente hostil ao movimento estudantil. Não obstante, dependendo da relação de forças políticas mais geral na sociedade, e oscilando entre um movimento mais de vanguarda e ideológico em situações mais defensivas ou um movimento de massas em situações de crise política, os estudantes passaram a ser sujeitos políticos da maior importância.

A história das revoluções é um campo de batalha ideológica

Conservadores de todos os tempos, no entanto, asseguraram sempre que as coisas só mudam para permanecerem, essencialmente, iguais. As ideologias reacionárias admitem que o mundo pode passar por transformações, mas somente em longa duração. Não são inocentes: sabem que mudanças em longa duração não entusiasma ninguém. Em longa duração, estaremos todos com dores nas costas, senão diabéticos, ou pior, mortos. Não ignoram que as revoluções são processos que incendeiam a imaginação dos jovens, porque demonstram que as mudanças podem ser feitas.

Os reacionários precisam denunciar os voluntarismos, mesmo quando admitem que são bem intencionados. Os mais esclarecidos podem reconhecer a legitimidade dos que lutam contra a exploração e a opressão, mas somente para desqualificá-los como sonhadores infantis. Consideram que todos os esforços de mudar a sociedade por métodos revolucionários estão condenados à partida. Apela para os argumentos mais viciados: as recompensas seriam duvidosas, mas, certamente, não compensariam as sequelas que toda luta traz; os sacrifícios seriam em vão. Não seria possível mudar o mundo, porque, afinal, as pessoas são como elas são; as relações sociais são como são, em função da natureza humana. A história, no entanto, tem a ambição de atribuir sentido ao passado, e não é casual que os historiadores marxistas tenham entre as suas preferências o estudo daqueles processos que desafiaram as forças de inércia que aprisionam as sociedades.

Revoluções, portanto, sempre inspiraram batalhas ideológicas. O Maio francês foi o ensaio geral de uma revolução. Foi o ensaio de uma revolução política ou democrática: a aliança entre trabalhadores e estudantes, que potencializou a greve

geral, atraiu a simpatia de uma parcela das classes médias e esteve muito perto de derrubar o governo De Gaulle e o regime da V República (Hobsbawm, 1999). Remetendo a uma metáfora histórica, foi o ensaio de uma revolução de fevereiro³. Foi somente um ensaio porque a situação francesa foi bloqueada, ou controlada, e a queda de De Gaulle da presidência foi amortecida, apesar da greve geral. O 68 francês foi uma revolução abortada de fevereiro. De Gaulle acabou sendo sacrificado, depois que a vertigem da crise tinha sido superada, para preservar o gaullismo como principal partido do regime. Mas, mesmo sendo parcialmente derrotado, o Maio francês demonstrou que a aliança operário-estudantil era o alicerce de um bloco de classes que podia desafiar um dos imperialismos mais poderosos do mundo.

Conclusão

A disputa da memória foi o feijão com arroz das polêmicas historiográficas do século passado, porque a ordem político-social, em um mundo tão injusto e desigual, precisa de legitimação. A justificação do presente repousa na interpretação do passado. Não deveria surpreender que as revoluções, em especial aquelas nos países centrais, tenham sido, furiosamente, discutidas. A onda revolucionária de 68 teve três características novas: (a) a entrada em cena da juventude estudantil como detonador da mobilização operária e popular, ou seja, um papel protagonista como sujeito social; (b) a superação parcial, porém significativa, do domínio hegemônico que os partidos comunistas mantinham sobre as organizações dos trabalhadores; e (c) a extensão internacional que a onda revolucionária alcançou, contagiando lutas em três continentes.

³ As revoluções do século XX só excepcionalmente radicalizaram em revoluções sociais, como em Outubro de 1917, na Rússia, ou em 1961, em Cuba. A maioria das revoluções estagnou na forma de revoluções democráticas – a derrubada do regime político –, a estação de Fevereiro na Rússia, e não teve resultados anticapitalistas. Depois da revolução russa, o intervalo histórico entre a etapa de Fevereiro, a revolução política e Outubro, a revolução social não parou de aumentar: as razões deste processo foram muitas e variadas em cada revolução, mas o denominador comum foi a fragilidade ou até a ausência de organizações marxistas revolucionárias. Em raras oportunidades, comparativamente, expropriou-se o capital e se avançou em experiências de transição ao socialismo. Esses resultados, entretanto, não autorizam a conclusão de que não existia uma dinâmica anticapitalista nos processos de mobilização que culminaram em revoluções democráticas. Se as revoluções políticas demonstraram-se fenômenos quase recorrentes – como, mais uma vez, confirmam as situações no Equador, Venezuela, Argentina e Bolívia dos últimos anos, entre outras – foi porque as tarefas históricas que se propuseram resolver permaneceram pendentes. Suas espetaculares vitórias democráticas resultaram em mudanças econômico-sociais insuficientes, conquistas sempre incompletas, e frustraram as classes que as fizeram. As revoluções de Fevereiro foram, nesse sentido, revoluções sociais abortadas. As massas populares lutaram, uma e outra vez, com heroicos sacrifícios, mas acabaram por entregar o poder para representantes políticos de interesses de outras classes. Essas energias revolucionárias não são inesgotáveis. Fevereiro crônico são vitórias táticas que preparam derrotas estratégicas. Ultrapassado um ponto limite de máxima tensão, sem uma solução favorável para os trabalhadores, a renovação de esperança exige longas durações para se recuperar, ou seja, o intervalo de uma geração, ou décadas. Esse balanço histórico convida à perseverança – e à imaginação – de que outras revoluções são possíveis. Sobre o tema das revoluções de fevereiro é possível consultar: Arcary (2004) e Moreno (1992).

Apesar de sua força, a onda revolucionária foi derrotada. A investigação histórica não deveria ignorar, no entanto, que existiram desenlaces alternativos em cada uma das encruzilhadas em que a revolução mundial mediu forças com a ordem do capital. Ao vencer, o capitalismo provou que era (ou estava) ainda forte o bastante para impor sua dominação, fosse pela força da repressão, ou pela negociação de reformas, ou por combinações variadas de coerção e cooptação. Isso não autoriza a conclusão de que a preservação do capitalismo teria sido a solução mais progressiva. Na história, a força não prova a superioridade. Na história das sociedades contemporâneas impuseram-se, mais de uma vez, soluções reacionárias, se a classe que poderia assumir o papel de sujeito revolucionário, por imaturidade objetiva ou debilidade subjetiva, não foi capaz de derrotar o regime capitalista. A caducidade do capitalismo, ou seja, sua permanência tardia ou senil introduziu elementos degenerativos nas relações sociais. O perigo da barbárie ficou maior.

Referências

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Lisboa: Afrontamento, 1976.

ARCARY, V. *As esquinas perigosas da história: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo: Xamã, 2004.

BENSAÏD, D. *Moi, la revolution*. Paris: Gallimard, 1989.

CHESNAIS, F. La caracterización del capitalismo a fines del siglo XX. *Herramienta*, Editorial Antídoto, Buenos Aires, n. 3, p. 8, 1997.

DRAPER, H. *Karl Marx's theory of revolution*. Nova York: Monthly Review Press, 1978. v. 2.

HOBBSBAWM, E. *Maio de 68 in Pessoas Extraordinárias*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MORENO, N. *Crítica a las tesis de la revolución permanente de Trotsky*. Buenos Aires: Ediciones Crux, 1992. (Colección ineditos de Nahuel Moreno).

TOURAINE, A. *Le mouvement de mai ou le communisme utopique*. Paris: Editions du Seuil, 1969.

Received on April 30, 2008.

Accepted on July 29, 2008.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.